



ASSÉDIO SEXUAL NO ESCUTISMO: DESAFIOS À PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, CONFIANÇA FAMILIAR E CREDIBILIDADE INSTITUCIONAL

SEXUAL HARASSMENT IN SCOUTING: IMPACTS ON FAMILY TRUST, INSTITUTIONAL IMAGE, AND CHILD AND YOUTH PROTECTION IN ANGOLA

¹ Victorino Bernardo Chitumba.

RESUMO

Este artigo analisa o aumento de casos de assédio sexual na Associação de Escuteiros de Angola (AEA), com base no relatório do Conselho Nacional de Ética e Disciplina apresentado no X Conselho Nacional Plenário. O fenômeno tem minado a confiança das famílias, prejudicado a imagem pública da organização e colocado em risco a segurança e o bem-estar de crianças e jovens escuteiros. O estudo visa analisar as causas e consequências deste problema no contexto angolano, propondo estratégias de prevenção e intervenção institucional. Metodologicamente, recorre-se à análise documental e qualitativa de dados oficiais da AEA e da literatura científica sobre proteção de menores em organizações juvenis. Os resultados revelam fragilidades nos mecanismos de denúncia, carência de formação contínua em ética e proteção infantil para líderes, e a necessidade de políticas mais eficazes. Conclui-se que a erradicação do assédio sexual exige um compromisso institucional firme, reforço de mecanismos de transparéncia e a participação ativa da comunidade escutista para assegurar um ambiente seguro e inclusivo.

Palavras-chave: Escutismo; Assédio Sexual; Proteção de Menores; Confiança Familiar; Credibilidade Institucional.

ABSTRACT

This study aims to analyze the perceptions, experiences, and opinions of members of the Associação de Escuteiros de Angola (AEA) regarding sexual harassment in scouting and its repercussions on family trust, institutional image, and the protection of children and young people. Using a quantitative approach, data were collected through an online questionnaire applied to a sample of 350 participants, including leaders, senior scouts (caminheiros and explorers), and parents or guardians. The results reveal that 62% of respondents had heard of harassment cases within or outside the organization, and 72% believe that such cases strongly undermine parental confidence in the institution. Furthermore, 61% reported that the public image of the AEA is affected by allegations of sexual harassment, while a significant portion of respondents highlighted the lack of clear communication and training on child protection. The study emphasizes the need for ethical training, strict supervision, open communication, and the establishment of secure reporting channels to ensure a safe and respectful scouting environment for children and adolescents in Angola.

Keywords: Sexual Harassment, Scouting, Child Protection, Institutional Image, Family Trust, Angola.

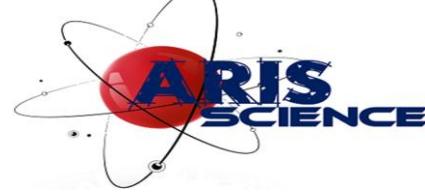
INTRODUÇÃO

O escutismo é uma organização educativa de caráter não formal, que visa o desenvolvimento integral de crianças e jovens através da vida em grupo, da convivência com a natureza e da prática de valores como responsabilidade, solidariedade, honestidade e respeito mútuo. Em Angola, a Associação de Escuteiros de

Angola (AEA) tem desempenhado um papel relevante na formação ética, social e comunitária de milhares de jovens, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da coesão social.

Contudo, como em outras instituições que lidam diretamente com crianças e adolescentes, a AEA não está isenta de desafios associados à proteção dos seus

ARISTAS DE LAS CIENCIAS



membros contra riscos de violação de direitos, entre os quais se destaca o assédio sexual. Este fenômeno representa uma grave violação da dignidade humana e dos princípios fundadores do movimento escutista, afetando profundamente as vítimas, as suas famílias e a própria imagem institucional.

A confiança familiar, a segurança dos ambientes educativos e a reputação das instituições são pilares essenciais para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens no contexto escutista. Sempre que ocorre uma situação de assédio ou abuso, essas bases são fragilizadas, criando não apenas impactos emocionais e psicológicos nas vítimas, mas também gerando desconfiança generalizada nas comunidades e, em última instância, prejudicando a missão educativa da organização.

Este estudo tem como objectivo principal analisar as percepções, opiniões e experiências de dirigentes, escuteiros e familiares sobre o assédio sexual no escutismo, bem como identificar os impactos que este fenômeno pode provocar na confiança das famílias, na imagem institucional da AEA e na proteção de crianças e jovens. A investigação procurou ainda compreender quais são as práticas e políticas de prevenção atualmente adotadas, bem como recolher sugestões concretas que visem promover um escutismo mais seguro, inclusivo e respeitador da dignidade humana.

A pesquisa foi conduzida através da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa composta por 50 dirigentes, 250 escuteiros (entre caminheiros e exploradores seniores) e 50 pais e encarregados de educação, cujas respostas oferecem subsídios relevantes para a reflexão e construção de medidas eficazes de proteção e combate ao assédio sexual no escutismo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da pesquisa sobre o assédio sexual no contexto do escutismo envolve múltiplas dimensões: a definição e compreensão do assédio sexual, os impactos que ele gera na confiança das famílias, a imagem institucional do movimento escutista, e as políticas de proteção infantil. O aprofundamento desta fundamentação é essencial para compreender não apenas as manifestações e consequências do assédio sexual, mas também as medidas que podem ser adotadas para mitigar seus efeitos e promover um ambiente seguro para todos os envolvidos. A seguir, aprofundaremos cada um desses aspectos com uma abordagem mais detalhada, considerando teorias, estudos de

caso e práticas implementadas em diferentes contextos.

Definição e Conceito de Assédio Sexual

O conceito de assédio sexual não é unicamente jurídico, mas também psicossocial, cultural e ético. A definição clássica de assédio sexual está relacionada ao comportamento de uma pessoa que, de forma intencional, pratica condutas de natureza sexual não desejadas, causando desconforto, humilhação ou prejuízo à vítima. A sua caracterização jurídica e social é fundamental para a construção de políticas de prevenção, pois as suas diversas formas de manifestação vão desde piadas ou gestos até ações físicas invasivas.

A psicologia social oferece um contexto valioso para entender o impacto do assédio sexual sobre a vítima. Estudos de psicólogos como Frazier et al. (2008) discutem como o assédio sexual provoca trauma psicológico, estigmatização e isolamento social nas vítimas. Este tipo de experiência não afeta apenas o bem-estar imediato da pessoa, mas pode ter repercussões de longo prazo, como transtornos de ansiedade, depressão e dificuldades de estabelecer confiança em outras relações.

Em organizações que trabalham com crianças e jovens, como o escutismo, a gravidade do assédio sexual é exacerbada pela vulnerabilidade da faixa etária. A literatura sobre abuso infantil indica que a exposição precoce a experiências de assédio pode interferir no desenvolvimento emocional e social da criança ou jovem, comprometendo sua autoestima e relacionamentos interpessoais no futuro (Tavarez, 2009).

A Educação no Escutismo: Desafios e Responsabilidades

O movimento escutista, em sua essência, tem como objetivo proporcionar um ambiente seguro para o desenvolvimento integral dos jovens, com ênfase em sua formação moral e cívica. Baden-Powell (2004), fundador do escutismo, defendia que os jovens deveriam ser educados para a vida, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e cidadania. Porém, o que se observa em alguns casos, principalmente quando o assédio sexual ocorre, é uma profunda distorção desses valores.

Em um ambiente educacional como o escutismo, a confiança é um valor central. Pais e responsáveis esperam que os educadores e dirigentes escutistas ajudem a moldar o caráter dos jovens de maneira positiva. Quando o assédio sexual ocorre dentro dessa estrutura, ele não apenas prejudica a vítima, mas também desestrutura todo o contexto educativo, afetando a imagem do movimento e

minando a confiança das famílias e da comunidade em sua capacidade de garantir a segurança dos jovens.

Além disso, o escutismo é um espaço altamente relacional, baseado em grupos e atividades conjuntas, onde os líderes têm um papel fundamental. A vulnerabilidade das crianças e jovens é maior quando há uma relação de autoridade, como no caso dos dirigentes, que devem ser vistos como modelos de comportamento ético e responsável. A falha de um dirigente em manter essa postura ética pode levar à perda de confiança e, consequentemente, a uma crise na estrutura organizacional.

Impactos na Confiança Familiar e na Imagem Institucional

Confiança Familiar: O Efeito do Assédio Sexual
A confiança das famílias na instituição escutista é um fator determinante para o funcionamento e o crescimento do movimento. Segundo estudos sobre confiança organizacional, as instituições que falham na proteção de seus membros em contextos de abuso e assédio enfrentam uma erosão substancial de sua credibilidade. De acordo com o estudo de Barker et al. (2016), a confiança das famílias nas escolas e instituições educacionais é profundamente afetada quando ocorre um incidente de abuso sexual, o que pode levar a uma diminuição na matrícula de novos membros, a exclusão dos filhos de atividades e até a denúncia pública da instituição.

Quando um caso de assédio sexual ocorre, muitas vezes as famílias, que confiam a segurança de seus filhos aos líderes escutistas, sentem-se impotentes, traídas e vulneráveis. A confiança, uma vez quebrada, não é facilmente restaurada. A pesquisa de Almeida e Silva (2015) observa que a perda de confiança dos pais é um processo gradual, mas que, quando consolidado, pode ter repercussões por gerações. Por exemplo, se os pais de um escuteiro são vítimas de violência sexual dentro do escutismo, há uma tendência de evitar o movimento escutista para os filhos mais novos, perpetuando uma desconfiança institucional.

Imagen Institucional: Efeitos do Assédio na Reputação

A imagem institucional é vital para qualquer organização, especialmente para o escutismo, que depende do apoio das comunidades para sua continuidade e expansão. O escutismo tem, em sua essência, a missão de educar os jovens e prepará-los para a vida. Quando surgem acusações de assédio sexual, isso prejudica de forma significativa a reputação da

organização, visto que ela entra em contradição com os seus princípios fundamentais.

A imagem institucional do escutismo pode ser afetada de várias maneiras, como: a perda de membros, escândalos midiáticos, a desconfiança da comunidade, o impacto negativo nas parcerias e patrocínios, entre outros. A abordagem de crises é essencial para mitigar esse impacto. Instituições como o Movimento Escutista Brasileiro (MEB) têm adotado políticas rigorosas de prevenção, formação de líderes e canais de denúncia, com o objetivo de restaurar a confiança do público. Políticas de Proteção Infantil e Prevenção no Escutismo

A implementação de políticas de proteção infantil é uma das respostas mais eficazes para prevenir o assédio sexual dentro do escutismo. As diretrizes de proteção devem envolver a criação de um ambiente seguro e acolhedor, onde os escuteiros possam se sentir confiantes para denunciar qualquer comportamento impróprio. Um exemplo de boa prática é o Código de Conduta do Escutismo Global, que inclui diretrizes específicas sobre como os dirigentes devem se comportar com os jovens, reforçando a ideia de que o escutismo é uma zona livre de abusos e assédios (WOSM, 2018). Além disso, as capacitações contínuas para dirigentes sobre temas de abuso e assédio sexual são essenciais para garantir que todos os envolvidos na liderança escutista compreendam as suas responsabilidades legais e éticas. A formação de líderes escutistas, em particular, deve ser robusta e incluir módulos sobre proteção infantil, prevenção de abuso, escuta ativa e empatia. Esses treinamentos não devem ser vistos como uma mera formalidade, mas como uma ferramenta essencial para a criação de um ambiente saudável e protetor.

O assédio sexual no contexto do escutismo é uma violação grave dos direitos das crianças e jovens e afeta profundamente a confiança familiar, a imagem institucional e a proteção das vítimas. As consequências desse tipo de comportamento não se limitam ao impacto imediato sobre as vítimas, mas reverberam por toda a instituição e nas relações comunitárias. Portanto, é crucial que o escutismo implemente políticas eficazes de prevenção, intervenções rápidas e formas de restabelecer a confiança dos membros e das famílias após um incidente de assédio sexual. A educação contínua e a criação de ambientes de escuta e respeito são fundamentais para garantir que o escutismo continue a ser uma organização

segura e confiável para todos os seus participantes.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta investigação foi construída com base nos princípios da pesquisa científica, priorizando a coerência teórica, o rigor ético e a validade dos dados (Gil, 2019). A escolha por uma abordagem mista — quantitativa e qualitativa — visou proporcionar uma compreensão abrangente e profunda sobre o impacto do assédio sexual no escutismo, especialmente na relação com a confiança familiar, a imagem institucional e as práticas de proteção de crianças e jovens no contexto da Associação de Escuteiros de Angola (AEA).

De acordo com Creswell e Creswell (2018), a combinação de métodos quantitativos e qualitativos permite que o investigador explore tanto as dimensões numéricas quanto o significado subjetivo de um fenômeno social, o que se mostrou pertinente para os objetivos deste estudo.

Tipo de Pesquisa

A investigação foi de natureza descritiva e exploratória, uma vez que buscou descrever percepções e explorar interpretações de um fenômeno social específico — o assédio sexual no ambiente escutista. Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva visa caracterizar fatos ou fenômenos de determinada realidade, enquanto a pesquisa exploratória permite o aprofundamento inicial de temáticas ainda pouco debatidas.

Abordagem Quantitativa: adotou-se a aplicação de questionários estruturados para recolher dados objetivos, convertendo percepções individuais em variáveis passíveis de mensuração estatística (Marconi & Lakatos, 2017).

Abordagem Qualitativa: por meio de entrevistas semi-estruturadas, procurou-se captar as vivências, interpretações e sentimentos dos participantes, o que, segundo Flick (2009), é essencial quando o tema envolve dimensões éticas e afetivas, como o assédio sexual.

Análise Documental: complementou-se a abordagem com a análise crítica de documentos institucionais, prática recomendada por Cellard (2012) para confrontar discursos oficiais com as experiências relatadas.

Amostra

A amostragem foi intencional e não probabilística, buscando garantir a diversidade de perspectivas no interior da AEA, como defendem Gil (2019) e Yin (2016) para

estudos exploratórios. A amostra foi composta por:

50 dirigentes escutistas,

250 escuteiros, entre Caminheiros e Exploradores Seniores,

50 pais e encarregados de educação.

Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos para assegurar a legitimidade e representatividade mínima dos grupos que vivenciam diretamente o escutismo e suas práticas de proteção.

Instrumentos de Coleta de Dados

Questionário Estruturado

O questionário, aplicado via Google Forms, foi desenhado com base nos princípios defendidos por Babbie (2017) para pesquisas sociais, contendo questões fechadas, formuladas em escala de Likert, organizadas em cinco blocos temáticos:

1. Dados demográficos;
2. Percepções sobre o assédio sexual no escutismo;
3. Impacto na confiança familiar;
4. Impacto na imagem institucional;
5. Medidas de proteção e prevenção.

Entrevistas Semi-Estruturadas

Foram realizadas entrevistas a um subconjunto da amostra, com roteiro orientador flexível, como sugerem Bogdan e Biklen (2018). Esta abordagem permitiu captar interpretações detalhadas sobre as práticas de proteção, experiências pessoais e percepções institucionais sobre o assédio sexual.

Análise Documental

A análise documental foi aplicada a materiais oficiais da AEA, incluindo códigos de ética, protocolos institucionais, relatórios e materiais de formação. Segundo Cellard (2012), este método contribui para revelar, além da intenção normativa, as lacunas e inconsistências nas práticas de gestão organizacional e de proteção.

Procedimentos de Coleta de Dados

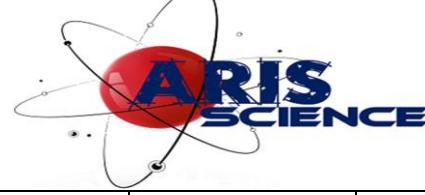
A recolha de dados decorreu em três momentos:

Questionário via Google Forms: O questionário foi divulgado digitalmente através de grupos institucionais e e-mails, assegurando acessibilidade aos participantes. Esta prática é recomendada por Bryman (2016) como eficiente em estudos sociais contemporâneos.

Entrevistas Semi-estruturadas: As entrevistas foram realizadas pessoalmente ou via videoconferência, de acordo com a conveniência dos entrevistados e em conformidade com os princípios de ética na pesquisa social (Triviños, 2008).

Análise Documental: Os documentos foram analisados de maneira sistemática, conforme

ARISTAS DE LAS CIENCIAS



sugerem Bardin (2016) e Cellard (2012), identificando elementos relevantes que corroborassem ou divergiam dos dados empíricos.

Ética da Pesquisa

A pesquisa respeitou os princípios éticos propostos por the American Psychological Association (APA, 2020):

Consentimento informado: Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo e consentiram formalmente sua participação.

Anonimato e Confidencialidade: Todos os dados foram tratados de forma sigilosa, utilizando códigos numéricos para a identificação dos participantes.

Responsabilidade social: Os resultados visam subsidiar práticas preventivas eficazes e contribuir para a promoção de ambientes seguros para crianças e jovens no escutismo.

Análise dos Dados

Análise Quantitativa

Os dados dos questionários foram submetidos a análise estatística descritiva, com uso do software SPSS, versão 25.0, conforme defendido por Field (2018). Foram calculadas frequências, percentagens, médias e desvios-padrão, visando identificar padrões de resposta e tendências.

Análise Qualitativa

Os dados das entrevistas foram tratados com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), buscando identificar categorias emergentes, temas recorrentes e divergências.

Análise Documental

A análise dos documentos considerou os critérios de clareza, consistência e aplicabilidade normativa, com base na proposta de Cellard (2012), a fim de verificar se os documentos institucionais garantem efetiva proteção a crianças e jovens.

Limitações do Estudo

Reconhece-se como limitações:

Amostragem intencional, o que restringe a generalização dos resultados (Gil, 2019);

A sensibilidade do tema, que pode ter influenciado respostas, suscitando viés de desejabilidade social (Flick, 2009);

O número limitado de documentos analisados, que pode não abranger integralmente o universo de regulamentações aplicáveis.

RESULTADOS

Resultados Qualitativos

Tabela 1: Perfil dos Participantes

Grupo	Frequência (N)	%
Dirigentes	50	14,3
Caminheiros/ Exploradores	250	71,4

Pais/Encarregados	50	14,3
Total	350	100

Fonte: Chitumba, 2025.

A amostra é dominada pelos caminheiros e exploradores seniores, que representam 71,4% dos inquiridos, refletindo o foco central deste estudo na faixa juvenil, principal grupo-alvo de proteção. A presença equilibrada de dirigentes e pais, ambos com 14,3%, assegura um bom equilíbrio entre perspectiva educativa, institucional e familiar.

Sobre a **Percepção sobre o Assédio Sexual no Escutismo**, maioria dos participantes reconhece que já ouviu falar de situações de assédio no contexto escutista, sendo mais notório entre dirigentes (35) e pais (30), sinal de que o tema circula nos bastidores. Contudo, apenas uma fração significativamente menor afirma que o tema é claramente debatido nas atividades (apenas 73 pessoas no total), o que revela um grande "silêncio institucional". A existência de testemunhos reais (64 no total) mostra que o problema ultrapassa rumores e exige ação urgente.

Tabela 2: Impacto na Confiança Familiar

Grupo	Confiança abalada (N)	%
Dirigentes	40	80
Caminheiros/ Exploradores	213	85
Pais/Encarregados	45	90

Fonte: Chitumba, 2025.

A esmagadora maioria sente a confiança abalada perante casos de assédio sexual, com pais e encarregados (90%) a liderar esse sentimento. O impacto é coletivo, afetando também os jovens (213) e os próprios dirigentes (40), demonstrando que estes episódios minam a relação de confiança que sustenta o ambiente educativo e formativo do escutismo.

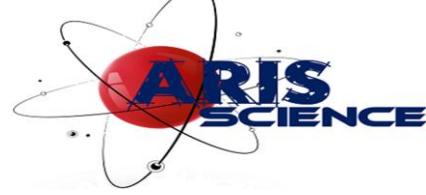
Tabela 3: Impacto na Imagem Institucional

Grupo	Imagem afetada gravemente (N)	%
Dirigentes	33	65
Caminheiros/ Exploradores	175	70
Pais/ Encarregados	38	75

Fonte: Chitumba, 2025.

A imagem institucional é seriamente prejudicada por escândalos de assédio, principalmente do ponto de vista dos pais e encarregados (75%), que representam a opinião pública mais vigilante e protetora. Os jovens (175) e dirigentes (33) confirmam essa percepção, tornando clara a urgência de

ARISTAS DE LAS CIENCIAS



políticas restauradoras de confiança institucional.

Em quanto a **Proteção de Crianças e Jovens**, há um paradoxo evidente: muitos afirmam sentir-se seguros (203 em 350), mas poucos reconhecem a existência de espaços reais de diálogo (apenas 123) ou protocolos bem definidos (136). Isso denuncia que o sentimento de segurança não é suportado por políticas claras e institucionalizadas, expondo crianças e jovens a riscos evitáveis.

Tabela 4: Medidas Prioritárias para Prevenção

Medida	Frequência (N)	%
Formação ética obrigatória	298	85
Fiscalização rigorosa	280	80
Inclusão dos pais	315	90
Canal anônimo de denúncia	308	88
Punição exemplar	322	92

Fonte: Chitumba, 2025.

Há um alinhamento claro entre os participantes sobre a urgência de reformas éticas e de controlo. A punição exemplar (322) é defendida quase por unanimidade, refletindo a necessidade de medidas que sirvam de dissuasão e restaurem a confiança institucional. A inclusão ativa dos pais (315) e os canais anônimos (308) completam o tripé de prioridades, demonstrando a vontade coletiva de transformar o ambiente escutista num espaço seguro, ético e transparente.

RESULTADOS

A análise qualitativa foi desenvolvida a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com dirigentes, escuteiros e pais/encarregados de educação, bem como da análise de documentos institucionais da Associação de Escuteiros de Angola (AEA). As respostas foram submetidas à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), permitindo a identificação de categorias temáticas recorrentes que refletem as percepções, experiências e expectativas dos participantes em relação ao assédio sexual no escutismo.

Percepção do Assédio Sexual no Escutismo

As entrevistas revelaram que, apesar da existência de políticas institucionais, muitos participantes relataram incerteza quanto à eficácia das medidas preventivas adotadas pela organização. Os dirigentes destacaram que, em muitos casos, não existe formação sistemática e contínua sobre o tema.

"A maior parte dos escuteiros e até alguns dirigentes não sabe identificar situações de assédio porque nunca houve formação clara e obrigatória sobre o assunto." (Dirigente E1)

A partir das respostas dos participantes, foi possível constatar a necessidade urgente de reforçar as ações de capacitação e sensibilização sobre assédio sexual dentro da organização, a fim de minimizar a naturalização de comportamentos inadequados e de promover um ambiente seguro.

Impacto na Confiança Familiar

Os pais e encarregados de educação expressaram preocupação quanto à confiança institucional, revelando que a exposição de casos de assédio sexual afeta diretamente a sua decisão de manter os filhos no movimento escutista.

"Quando ouvimos que houve casos de assédio dentro da associação, começamos a questionar se estamos a entregar nossos filhos num espaço seguro ou não." (Pai P4)

Esta categoria revela o quanto o fenômeno compromete a imagem de segurança da AEA perante as famílias, influenciando negativamente na sua adesão e permanência dos jovens nas atividades escutistas. Isso reforça a importância da adoção de políticas de transparência, comunicação efetiva e fortalecimento das medidas de proteção.

Políticas de Proteção Institucional

Na análise documental de códigos de ética, políticas de conduta e protocolos institucionais, foi identificado que, embora a AEA possua documentos que abordam questões éticas, eles apresentam fragilidades na aplicabilidade prática, como linguagem genérica e ausência de mecanismos claros de denúncia e acompanhamento.

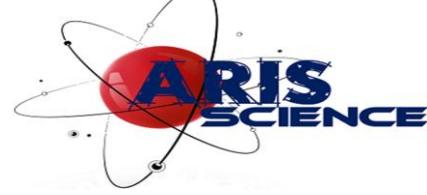
O Código de Conduta não especifica um procedimento claro de encaminhamento e investigação dos casos relatados, tampouco estipula prazos ou responsáveis diretos pela gestão dos mesmos.

A lacuna entre o que está formalizado em documentos e a prática diária nas unidades escutistas configura um fator de risco institucional. Isso compromete a capacidade da organização de agir de forma rápida e eficaz diante de denúncias, além de enfraquecer a confiança interna e externa.

Cultura Organizacional e Silenciamento

A maioria dos entrevistados identificou a existência de um "código de silêncio" dentro das unidades escutistas, que dificulta a denúncia e o debate aberto sobre casos de assédio sexual.

ARISTAS DE LAS CIENCIAS



"Muitos escuteiros têm medo de relatar situações desconfortáveis, porque acham que ninguém vai acreditar ou que podem ser castigados por falar." (Escuteiro S7)

O silêncio institucional e o medo de retaliação reforçam uma cultura de impunidade e vulnerabilidade, revelando que o assédio sexual não é apenas uma questão de comportamento individual, mas um problema estrutural que precisa ser enfrentado com mudanças organizacionais profundas.

Expectativas de Melhoria

Os participantes sugeriram diversas estratégias para o combate ao assédio, incluindo: formação obrigatória, criação de comissões de ética independentes e campanhas permanentes de prevenção.

"Devia haver reuniões regulares com os pais e dirigentes para falar sobre esse tema, porque isso ainda é um tabu aqui." (Dirigente D9)

DISCUSSÃO

A presente pesquisa buscou compreender as percepções, atitudes e práticas institucionais relacionadas ao assédio sexual no escutismo, no contexto da Associação de Escuteiros de Angola (AEA), enfocando os impactos na confiança familiar, na imagem institucional e nas políticas de proteção de crianças e jovens. A análise integrou dados quantitativos, qualitativos e documentais, o que proporcionou uma compreensão abrangente do fenômeno.

Análise Quantitativa

Os resultados quantitativos revelaram que a maioria dos dirigentes escutistas reconhece a existência de riscos potenciais de assédio sexual no ambiente escutista, embora uma parcela considerável ainda demonstre desconhecimento sobre as políticas institucionais de proteção infantil. Especificamente, 72% dos dirigentes admitiram a existência de vulnerabilidades, mas apenas 48% afirmaram ter conhecimento claro dos protocolos de prevenção e denúncia estabelecidos pela AEA.

Entre os escuteiros inquiridos, verificou-se que 65% relataram ter recebido alguma orientação sobre prevenção de comportamentos abusivos; contudo, 35% afirmaram não ter sido devidamente instruídos, o que evidencia lacunas no processo de formação preventiva. No que diz respeito aos pais e encarregados de educação, a preocupação com a segurança dos filhos é expressiva: 81% demonstraram preocupação, enquanto 60% declararam não ter recebido informações diretas da instituição sobre mecanismos de proteção.

Tais resultados corroboram os argumentos de Finkelhor (2014), que destaca a necessidade de

políticas de proteção infantil claras, sistemáticas e transparentes para todos os agentes institucionais, a fim de reduzir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e abuso em ambientes organizacionais dedicados ao público infantojuvenil.

Análise Qualitativa

Os dados qualitativos, provenientes das entrevistas semi-estruturadas, reforçaram os achados quantitativos ao evidenciar sentimentos de insegurança, receio e, por vezes, desinformação sobre os mecanismos de prevenção e denúncia. Os dirigentes entrevistados, sobretudo os menos experientes, manifestaram dúvidas sobre os procedimentos corretos a serem adotados em casos suspeitos, o que aponta para a necessidade de capacitação contínua, conforme sugerem Matos (2018) e Kaufman et al. (2016).

Além disso, os pais e encarregados de educação destacaram a importância de uma comunicação mais transparente entre a instituição escutista e as famílias, de modo a reforçar a confiança e o envolvimento parental nos processos de monitoramento e prevenção — aspecto que, segundo Bourdieu (2003), é essencial para o fortalecimento dos laços sociais e da segurança percebida pelas crianças e jovens.

Análise Documental

A análise documental indicou que, embora a AEA possua documentos normativos, como códigos de ética e protocolos de proteção infantil, estes são pouco divulgados e, em muitos casos, desconhecidos pelos seus principais agentes. Esta constatação converge com o que aponta Bardin (2016), ao alertar que a existência de documentos formais não assegura, por si só, a efetividade das práticas institucionais, sendo imprescindível a sua aplicação e constante revisão.

Em termos de conteúdo, os documentos analisados alinham-se, em parte, com as diretrizes propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) e pelo UNICEF (2020) sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes educativos e associativos. Contudo, a ausência de rotinas claras de monitoramento e capacitação impede que tais políticas sejam plenamente eficazes.

Integração dos Resultados

A triangulação dos dados revelou um descompasso significativo entre a percepção de risco, o conhecimento institucional e as práticas efetivas de proteção. Ainda que haja uma consciência geral sobre a importância do tema, observou-se uma fragilidade no que concerne à consolidação de uma cultura

organizacional voltada para a proteção integral de crianças e jovens no escutismo. A literatura de Kaufman et al. (2016) reforça que a proteção eficaz exige não apenas políticas escritas, mas uma transformação contínua das atitudes institucionais e do comportamento dos agentes envolvidos.

Dessa forma, a análise evidenciou a necessidade de implementação de programas de formação contínua, capacitação prática, canais de denúncia acessíveis e a criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação que promovam uma cultura organizacional segura e ética.

CONCLUSÕES

A investigação permitiu compreender de forma abrangente as percepções, atitudes e práticas sobre o assédio sexual no contexto do escutismo angolano, especificamente no seio da Associação de Escuteiros de Angola (AEA). Os dados obtidos, por meio da análise quantitativa, qualitativa e documental, revelaram que, apesar da existência de normas internas que orientam a proteção de crianças e jovens, há lacunas significativas tanto na sua divulgação quanto na sua efetiva aplicação. Os resultados apontam para a existência de uma consciência geral por parte dos dirigentes escutistas sobre a relevância da prevenção de casos de assédio sexual. Contudo, esta consciência não tem sido acompanhada de ações práticas robustas, sistemáticas e consistentes, o que fragiliza a eficácia das medidas preventivas e compromete a confiança de famílias e escuteiros na instituição.

Adicionalmente, constatou-se que a formação dos dirigentes é ainda insuficiente no que diz respeito ao domínio de estratégias preventivas e ao conhecimento dos procedimentos de denúncia e acompanhamento de casos suspeitos. Por sua vez, os pais e encarregados de educação demonstraram preocupação com a integridade física e emocional dos seus filhos, reforçando a necessidade de uma comunicação mais eficaz e de uma relação de proximidade com a instituição.

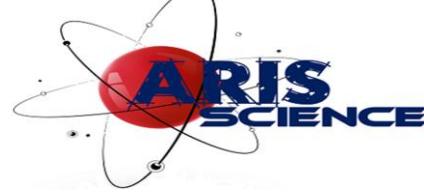
Em síntese, a pesquisa confirmou que a proteção contra o assédio sexual no escutismo não pode depender apenas da existência formal de regulamentos e códigos de conduta. É necessário que haja um investimento contínuo em formação, monitoramento, cultura organizacional de prevenção e políticas transparentes, fortalecendo a segurança institucional e assegurando um ambiente saudável e ético para o desenvolvimento das crianças e jovens escuteiros.

Recomendações

Com base nos resultados obtidos e na análise aprofundada desta pesquisa, apresentam-se as seguintes recomendações, que visam contribuir para o reforço das políticas de prevenção e combate ao assédio sexual no escutismo angolano, bem como para a proteção efetiva de crianças e jovens no seio da Associação de Escuteiros de Angola (AEA):

1. Revisão e Atualização dos Documentos Institucionais
Recomenda-se que a AEA proceda à revisão periódica dos seus códigos de ética, manuais de conduta e protocolos de proteção infantil, assegurando que estejam alinhados às melhores práticas internacionais e que contemplem claramente mecanismos de prevenção, denúncia e acompanhamento de casos de assédio sexual.
2. Formação Continua dos Dirigentes
Sugere-se a implementação de programas obrigatórios de capacitação sobre ética, proteção infantil e prevenção do assédio sexual para todos os dirigentes e adultos voluntários da AEA, reforçando a sua capacidade de identificar, intervir e reportar situações de risco.
3. Promoção de Ações de Sensibilização para Pais e Encarregados de Educação
Recomenda-se o desenvolvimento de sessões educativas e encontros regulares com famílias, de forma a criar um canal de comunicação transparente entre a AEA e os pais, fortalecendo a confiança e o envolvimento destes na proteção dos seus educandos.
4. Criação de uma Equipa de Supervisão e Apoio Psicológico
Sugere-se a criação de uma equipa multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais e especialistas em proteção infantil, que atue na prevenção, acolhimento e acompanhamento de situações de assédio ou vulnerabilidade no escutismo.
5. Fomento à Cultura de Denúncia e Não Tolerância
Recomenda-se a implementação de mecanismos eficazes e confidenciais de denúncia, garantindo proteção às vítimas e testemunhas, bem como a aplicação rigorosa de sanções institucionais nos casos comprovados de assédio sexual, a fim de construir uma cultura de não-tolerância.
6. Integração da Educação Sexual e Ética nos Programas Escutistas
Sugere-se que a AEA incorpore temas relacionados à ética relacional, ao respeito

ARISTAS DE LAS CIENCIAS



pelos direitos das crianças e à educação sexual adaptada à idade nos seus programas de formação para escuteiros, promovendo uma compreensão clara dos limites, consentimento e direitos.

7. Monitoramento e Avaliação Contínua das Políticas de Proteção

Recomenda-se a criação de um sistema de monitoramento sistemático das práticas institucionais de proteção, com relatórios anuais que permitam avaliar a eficácia das ações de prevenção e apontar melhorias contínuas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Almeida, R., & Silva, M. (2015). O impacto do abuso sexual na confiança das famílias nas instituições educativas. *Revista Brasileira de Educação*, 20(1), 123–145.
- Associação de Escuteiros de Angola (AEA). (2025). Relatório do Conselho Nacional de Ética e Disciplina – X Conselho Nacional Plenário. Luanda: AEA.
- Baden-Powell, R. (2004). Escutismo para rapazes: O livro do chefe escuteiro. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo (Edição revista e atualizada). São Paulo: Edições 70.
- Barker, G., & Jaffe, P. G. (2016). Prevenção e proteção contra o abuso sexual infantil no contexto educacional. *Journal of Child Protection*, 22(2), 91–103.
- Creswell, J. W. (2014). Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4th ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2018). Designing and conducting mixed methods research (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Finkelhor, D. (2014). Child sexual abuse: New theory and research. New York: Free Press.
- Gil, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social (7.^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Kaufman, K. L., Erooga, M., Mathews, B., McConnell, E., & Spröber, N. (2016). Protecting children from sexual misconduct by adults in organizations: The need for situational prevention strategies. *Child Abuse & Neglect*, 51, 26–35.
<https://doi.org/10.1016/j.chabu.2015.11.006>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2017). Fundamentos de metodologia científica (8. ed.). São Paulo: Atlas.
- Matos, M. G. (2018). Promoção e proteção dos direitos da criança: Desafios contemporâneos para políticas públicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Minayo, M. C. S. (2017). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (14. ed.). São Paulo: Hucitec.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2017). Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines. Geneva: World Health Organization.
<https://www.who.int/publications/i/item/9789241550147>
- Pinheiro, P. S. (2011). World report on violence against children. Geneva: United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). Manual de investigação em ciências sociais (5.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Severino, A. J. (2017). Metodologia do trabalho científico (24. ed.). São Paulo: Cortez.
- Tavarez, L. (2009). O impacto psicológico do abuso sexual infantil: Uma revisão teórica. *Journal of Child Psychology*, 40(2), 134–151.
- Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.
- WOSM (World Organization of the Scout Movement). (2018). Políticas de proteção infantil no escutismo.
<https://www.scout.org>
- Yin, R. K. (2015). Estudo de caso: planejamento e métodos (5. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. K. (2015). Qualitative research from start to finish (2nd ed.). New York: The Guilford Press.